



Editorial

Caro Leitor,

Este número do "Alerta", o 96 leva até si os principais acontecimentos e atividades que marcaram a atuação do Tribunal de Contas no primeiro semestre de 2026, no período compreendido entre janeiro e junho.

Nesta edição, destacamos alguns dos momentos mais relevantes da vida institucional do Tribunal de Contas, entre os quais a apresentação de cumprimentos de Ano Novo pelo Coletivo de Juízes a Sua Excelência o Presidente da República; a aprovação do Plano Anual de Atividades para 2026; a auscultação pelo Parlamento no âmbito da apreciação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE) de 2023; a visita da Delegação do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe ao Tribunal de Contas de Cabo Verde; e a adesão do Tribunal de Contas ao Programa do Selo de Igualdade de Género para as Instituições Públicas.

Neste número do "Alerta", damos-lhe ainda a conhecer a agenda da Conferência da II.ª Secção, com informação sobre as principais atividades previstas.

Esperamos que esta edição constitua uma fonte útil de informação sobre a atividade do Tribunal de Contas e contribua para uma maior proximidade com os nossos leitores.

Tenha uma boa leitura,
A Direção

Cumprimentos de Ano Novo ao Senhor Presidente da República



No passado dia 8 de janeiro, uma delegação do Tribunal de Contas de Cabo Verde (TCCV), chefiada pelo seu Presidente João da Cruz Silva, e integrada pelos Senhores Juízes Conselheiros **Victor Monteiro, Claudino Semedo, José Maria Cardoso e Ana Reis**, apresentou cumprimentos de Ano Novo ao Senhor Presidente da República, **Dr. José Maria Neves**.

Na ocasião, o Presidente do Tribunal de Contas apresentou ao Chefe de Estado um balanço das principais atividades desenvolvidas pela instituição ao longo de 2025, bem como as principais perspetivas para 2026.

Entre os assuntos abordados, mereceu particular destaque a nova sede do Tribunal de Contas, cuja entrada em funcionamento e consequente mudança das instalações representam um importante marco no processo de modernização e reforço das condições de funcionamento da instituição.





Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento auscultou o Tribunal de Contas sobre PCGE de 2023



À semelhança dos anos anteriores, no dia 26 de janeiro de 2026, a **Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento** procedeu à auscultação do TCCV sobre o **Parecer relativo à Conta Geral do Estado de 2023**.

Na ocasião, o Tribunal de Contas esteve representado pelo seu Presidente, **Dr. João da Cruz Silva**, pelos Juízes Conselheiros **Claudino Semedo** e **José Maria Cardoso**, respetivamente Relator e Juiz Conselheiro Adjunto do PCGE, e pelo Coordenador da Unidade do PCGE, **José Lino Correia**.

Durante a sessão, foi feita uma apresentação das principais recomendações e conclusões constantes do Parecer, tendo sido prestados aos Senhores Deputados os esclarecimentos solicitados sobre as matérias nele abordadas.

A iniciativa enquadra-se no âmbito do controlo parlamentar das finanças públicas, constituindo um importante momento de diálogo institucional entre o Parlamento e o Tribunal de Contas sobre a execução e a gestão dos recursos públicos do Estado.

O Tribunal de Contas recebe visita da Delegação do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe

No âmbito da cooperação institucional entre o TCCV e o Tribunal de Contas da República Democrática de São Tomé e Príncipe (TCRDSTP), uma delegação santomense realizou uma visita ao TCCV, de 9 a 13 de março, com o objetivo de reforçar o intercâmbio e a partilha de experiências entre as duas instituições.



A delegação, composta pelo Secretário-Geral, **Gualter Bandeira**, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, **Telmo Sousa**, e pelo Técnico Informático, **Aryson Bragança**, desenvolveu uma agenda de trabalho centrada, sobretudo, no conhecimento da infraestrutura e das soluções tecnológicas do TCCV, bem como na troca de experiências sobre a padronização dos relatórios de auditoria e a tramitação dos processos jurisdicionais.

A visita constituiu uma importante oportunidade para o intercâmbio de conhecimentos técnicos, experiências e boas práticas, contribuindo para o reforço das capacidades institucionais e para o aprofundamento da cooperação entre os dois Tribunais de Contas.

Esta iniciativa reafirma os laços de amizade e cooperação entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e o compromisso comum das duas instituições com o aperfeiçoamento do controlo das finanças públicas, a transparência e a boa gestão dos recursos públicos.

Tribunal de Contas de Cabo Verde adere ao Programa do Selo e Igualdade de Género para Instituições Públicas



O Tribunal de Contas, com o apoio técnico e financeiro do Programa de Reforço da Governação Económica nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste Pro PALOP-TL - (Fase III), financiado pela União Europeia e executado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) formalizou,



, no dia 26 de março de 2026, a sua adesão ao Programa Selo de Igualdade de Género para Instituições Públicas, reafirmando o seu compromisso com a promoção de práticas institucionais mais inclusivas, equitativas e transparentes.

Esta iniciativa representa um passo relevante no reforço da boa governação e na consolidação de uma cultura organizacional assente na igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Com esta adesão, o TCCV compromete-se a avaliar e a aperfeiçoar de forma contínua as suas políticas, processos e ambiente de trabalho, alinhando-os com os princípios da equidade de género.

A assinatura da Carta de Compromisso simboliza a determinação do TCCV em integrar, de forma cada vez mais efetiva, a igualdade de género na sua atuação, contribuindo para o fortalecimento institucional e para a construção de uma administração pública mais justa e inclusiva.

O "Selo de Igualdade de Género para Instituições Públicas" do PNUD constitui uma iniciativa que apoia e reconhece os esforços das instituições públicas na promoção da igualdade de género.

O programa visa acelerar a perspetiva de género na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para as metas de desenvolvimento do país e para a concretização da Agenda 2030.

Para a implementação do programa, foi criado um Comité de Igualdade de Género, constituído por 17 colaboradores do TCCV, que será responsável, entre outras atribuições, pelo diagnóstico e identificação das desigualdades de género e dos principais desafios institucionais, tendo por referência as cinco dimensões previstas no Selo de Igualdade de Género para Instituições Públicas:

- (i) Planeamento para a igualdade de género;
- (ii) Arquitetura e capacidades de igualdade de género;
- (iii) Ambiente de trabalho propício;
- (iv) Parcerias, participação e responsabilização pela igualdade de género; e
- (v) Resultados e impactos das políticas públicas.



Presidente do Tribunal de Contas entrega o Relatório Anual de Atividades de 2025 ao Parlamento



O Presidente do TCCV, **João da Cruz Silva**, procedeu, no dia 17 de junho, à entrega formal do Relatório Anual de Atividades (RAA) de 2025 ao Presidente da Assembleia Nacional, **Austelino Correia**.

Na qualidade de Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção, cargo que exerce por inerência, aproveitou igualmente a ocasião para entregar o RAA de 2025 desta Autoridade Administrativa Independente.

Na ocasião, o responsável máximo pelas duas Instituições fez-se acompanhar do juiz conselheiro, **Victor Monteiro**.

De uma forma global, os resultados alcançados em 2025 revelam um desempenho positivo das duas instituições, em conformidade com os respetivos Planos Anuais de Atividades aprovados.

Os Relatórios Anuais de Atividades de 2025 encontram-se disponíveis para consulta nas páginas eletrónicas do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção, podendo ser acedidos por todos os interessados.

Jornada de Reflexão Técnica - Socialização da visita de estudo da UVIC ao Tribunal de Contas de Portugal

A Direção Geral do Tribunal, em concertação com a Unidade de Verificação Interna de Contas (UVIC), promoveu na manhã do passado dia 27 de maio mais uma jornada de Reflexão Técnica, subordinada ao tema "**Visita de Estudo da Equipa da UVIC ao Tribunal de Contas de Portugal**".

A iniciativa teve como principal objetivo promover a partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas resultantes da visita de estudo realizada pela equipa da UVIC ao Tribunal de Contas de Portugal, em Lisboa, com particular enfoque nas metodologias e procedimentos adotados no âmbito da Verificação Interna de Contas (VIC).



Durante a jornada, a equipa da UVIC apresentou os principais ensinamentos e informações recolhidos durante a visita, proporcionando aos demais auditores presentes um espaço de diálogo, reflexão e troca de experiências sobre as práticas observadas e a sua possível aplicabilidade no contexto do TCCV.

A sessão assumiu particular relevância no atual contexto de reformas e modernização do TCCV, designadamente no âmbito da implementação do Plano Estratégico e Operacional 2025-2029, constituindo uma oportunidade para refletir sobre o reforço das capacidades técnicas e funcionais e sobre a melhoria dos processos de trabalho da instituição.

A jornada contou com a participação de auditores, técnicos oficiais e dirigentes, tendo sido desenvolvida através de apresentações técnicas, seguidas de momentos de debate e partilha entre os participantes.

Entre os principais resultados da iniciativa, destaca-se o reforço do conhecimento institucional sobre práticas internacionais de VIC, a promoção da cooperação técnica interna e a identificação de oportunidades para contribuir para a modernização, eficiência e melhoria contínua dos processos de Verificação Interna de Contas no TCCV.



TCCV participa em Workshop Regional do GIABA sobre a prevenção do branqueamento de capitais na contratação pública



O TCCV participou no Workshop Regional para a Análise Estratégica e Validação do Guia do GIABA sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Combate ao Financiamento do Terrorismo na Contratação Pública, realizado de 8 a 11 de junho de 2026, em Monróvia, Libéria.

A iniciativa, promovida pelo Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), reuniu cerca de 85 participantes dos Estados-Membros, entre representantes das autoridades de Contratação Pública, Unidades de Informação Financeira, Instituições Anticorrupção, Instituições Superiores de Controlo, Inspeções-Gerais de Finanças, Órgãos de supervisão Parlamentar, Procuradores e outras autoridades competentes.

O TCCV esteve representado pelo Auditor **Odair Tavares**, da Unidade de Auditoria e Verificação Externa de Contas, integrando a comitiva cabo-verdiana juntamente com representantes da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP).

O workshop teve como principal objetivo discutir, analisar e validar o Guia do GIABA sobre a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo na contratação pública, proporcionando aos participantes uma oportunidade para aprofundar conhecimentos, partilhar experiências e identificar boas práticas aplicáveis aos diferentes contextos nacionais.

Ao longo dos quatro dias de trabalhos, foram abordados temas relacionados com os riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo nos processos de contratação pública, com destaque para os sinais de alerta, a diligência devida dos fornecedores, o encaminhamento de casos suspeitos e a identificação dos beneficiários efetivos.

Os participantes tiveram igualmente a oportunidade de trabalhar em grupos na elaboração de matrizes de risco para a contratação pública, tendo em conta as especificidades de cada Estado-Membro, bem como na revisão estratégica e validação do Guia do GIABA.



A representação de Cabo Verde, juntamente com São Tomé e Príncipe, integrou o grupo lusófono responsável pela análise dos capítulos relativos à Cooperação Internacional e à Investigação e Acusação.

Entre as principais conclusões do workshop, destacou-se o reconhecimento de que a contratação pública constitui uma área particularmente vulnerável aos riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, sendo necessário reforçar a transparência, a integridade e uma abordagem baseada no risco. Foi igualmente sublinhada a importância da verificação dos beneficiários efetivos, da diligência devida dos fornecedores, da identificação de sinais de alerta e do reforço da cooperação entre as diferentes instituições de controlo e supervisão.

Tribunal em Sessões Plenárias



O Tribunal de Contas reuniu-se em Sessões Plenárias e em Conferência da IIª Secção, tendo apreciado os seguintes documentos.

PLÉNARIO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Sessão extraordinária do plenário dia 23 de janeiro de 2025:

- Apreciação e deliberação sobre a ata n.º 5/2025,
- Apreciação e deliberação sobre o anexo ao Plano Anual de Atividades de 2026.

Sessão extraordinária do plenário do dia 18 de maio:

- Apreciação e deliberação sobre a ata n.º 1/2026;
- Apreciação e deliberação sobre o anexo ao Relatório Anual de Atividades de 2025.



CONFERÊNCIA DA IIª SECÇÃO

Sessão ordinária do dia 30 de janeiro de 2026:

- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de auditoria ao projeto - administração eficiente de impostos e receitas para melhorar os serviços ao longo do ciclo de vida dos negócios no período de 2013- 2016;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de auditoria ao apoio técnico para a implementação de um plano nacional de investimento para a economia azul e a preparação do programa para a promoção da economia azul no período de 2017- 2021.

Sessão ordinária do dia 09 de março de 2026:

- Apreciação e deliberação sobre projeto de Relatório da Auditoria Financeira e de Conformidade ao Empréstimo concedido pelo Banco Africano do Desenvolvimento (BAD) ao Governo de Cabo Verde, no âmbito do Programa de Produção Alimentar de Urgência (2PAU- Cabo verde/AEFPF - n.º P-CV-A00-003), relativo aos exercícios económicos de 2023 e 2024.
- Apreciação e deliberação sobre auditoria ao programa - P-CV-K00-019- Reforma de Governação eletrónica e da gestão das finanças públicas (E-PFMRP) FASE I - 2024.

Sessão ordinária do dia 09 de março de 2026:

- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG do Município de Maio de 2016;
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG da IGOTCI de 2016;
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG da IGOTCI de 2018;
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG da Embaixada de CV em França de 2018;
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG da Embaixada de CV em França de 2019;



- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG da Escola Secundária Januário Leite de 2016;
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG do Estado Maior das Forças Armadas de 2018;
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG do LDR de 2016;
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de Auditoria Financeira e de Conformidade ao Município de Tarrafal de S.N. referente aos anos 2021-2023
- Apreciação e deliberação sobre projeto do Relatório de VIC da CG da ARC de 2019.
- Pedido de Redução de emolumentos pela CMRB relativo às CG de 2015 e 2016.

CONFERÊNCIA DA IIIª SECÇÃO

Sessão ordinária do dia 30 de janeiro:

1. Apreciação do processo:
 - Recurso ordinário n.º 05/2025
Recorrente: Silvino Manuel dos Santos Almeida
Recorrida: 1ª Secção do Tribunal de Contas
Decisão: Improcedente

Sessão ordinária do dia 29 de janeiro:

2. Apreciação do processo:
 - Recurso ordinário n.º 07/2024
Recorrente: Câmara Municipal do Paul
Recorrida: 1ª Secção do Tribunal de Contas
Decisão: Improcedente